

REC
000134



Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 27540/2015

Brasília, 6 de novembro de 2015.

Medida Cautelar no Habeas Corpus nº 131208

PACTE.(S) : MARCO POLO DEL NERO
IMPTE.(S) : JOSÉ ROBERTO BATOCHIO
IMPTE.(S) : GUILHERME OCTAVIO BATOCHIO
IMPTE.(S) : CARLOS EUGENIO LOPES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
SENADO FEDERAL - CPI DO FUTEBOL

(Seção de Processos Originários Criminais)

Senhor Presidente,

De ordem, a fim de instruir o processo em epígrafe, solicito informações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre o alegado na petição inicial e respectivo aditamento, cujas cópias seguem anexas.

No ensejo, apresento votos de elevada estima e consideração.

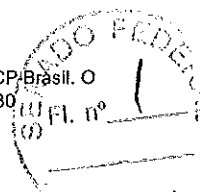
João Bosco Marcial de Castro
Secretário Judiciário
Documento Assinado Digitalmente

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito

Recebido em 12 / 11 / 15
As 11h54 horas.

Leonardo Augusto Cunha Bueno
Técnico Legislativo
Matrícula: 232.888

A Sua Excelência o Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal - CPI do Futebol



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EXCELSO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Os advogados **JOSÉ ROBERTO BATOCHIO, GUILHERME OCTÁVIO BATOCHIO, CARLOS EUGÊNIO LOPES e JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS**, brasileiros, casados os três primeiros e divorciado o último, regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil sob n^{os} 20.685/SP, 123.000/SP, 14.325/RJ e 27.548/RJ, respectivamente, os primeiros com escritório na Avenida Paulista n^o 1.471, 16^o andar, São Paulo, Capital, o terceiro na Avenida Rio Branco n^o 99, 13^o andar, e o quarto na Avenida Rio Branco n^o 20, 5^o andar, Centro, Rio de Janeiro, vêm, com o respeito devido, a

AV. PAULISTA, 1471 16º ANDAR - 01311-200 - SÃO PAULO SP

TEL: (55 11) 3885 8000 3285 6600 - FAX: (55 11) 3285 2650

WWW.BATOCHIO.COM.BR



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Vossa Excelência para, com fundamento no artigo 5º, LXVIII, LXIII, da Constituição da República, no artigo 8º, 2, alínea “g”, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), promulgada pelo Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992, nos artigos 647 e seguintes do Código de Processo Penal, impetrar, em favor de **MARCO POLO DEL NERO**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na Ordem dos advogados do Brasil, Seção de São Paulo sob o nº 20.848, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 212.279.778-91, **Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)**, inscrita no CNPJ sob nº 33.655.721/0001-99, com sede na Av. Luís Carlos Prestes nº 130, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, a presente **ORDEM DE HABEAS CORPUS (PREVENTIVO), COM PLEITO DE MEDIDA LIMINAR**, em razão dos motivos fáticos e jurídicos fundamentos articulados às folhas 4 e seguintes desta impetração.

Apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal denominada “**CPI do Futebol**”, Senador da República ROMÁRIO (PSB-RJ), requerem digno-se Vossa Excelência receber o presente *mandamus* e ordenar o seu processamento para os fins adiante enunciados.

JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nestes termos,

P.P. Deferimento.

SP/Brasília, julho de 2015.

José Roberto Batochio, advogado.

OAB/SP nº 20.685

Guilherme Octávio Batochio, advogado.

OAB/SP nº 123.000

Carlos Eugênio Lopes, advogado.

OAB/RJ nº 14.325

José Mauro Couto de Assis, advogado.

OAB/RJ nº 27.548



1. ESCORÇO HISTÓRICO.

É fato notório – porque amplamente divulgado pela mídia universal – que no dia 27 de maio último de 2015, às vésperas da realização do Congresso da FIFA (**Fédération Internationale de Football Association**) em Zurique, Suíça, sete (7) de seus dirigentes foram presos no Hotel Baur Au Lac, sede do evento, por suspeita da prática de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e extorsão no contexto da organização de competições e da celebração de contratos de marketing e televisionamento de partidas de futebol, achando-se entre os detidos o ex-Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF), JOSÉ MARIA MARIN.

O episódio ecoou estrondosamente na imprensa brasileira por vários dias. Com a celeridade de um incendiado rastilho de pólvora e beirando oportunismo, na medida em que a operação teve berço nos Estados Unidos da América (envolveu o Federal Bureau of Investigation – FBI – e a Justiça e Polícia Judiciária da Suíça), alguns políticos nacionais, ávidos de notoriedade e de publicidade pessoal, começaram a proclamar,



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

estrepitosamente, a necessidade da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o assunto. Como é óbvio, os mais variegados interesses políticos e eleitorais se identificavam na base desse clamor. Não se tratava de singelo mimetismo apenas...

A denominada “CPI do Futebol” foi então aprovada e criada em tempo recorde, (no dia 28 de maio subsequente) e recentemente instalada no Senado Federal. Como amplamente divulgado, o Paciente se acha na iminência de receber a convocação para prestar “depoimento/interrogatório” perante aquela comissão da Câmara Alta, já havendo o seu insigne Presidente anunciado, *coram populo*, que tenciona prender o Paciente em flagrante delito a pretexto de prática de crime de desacato ou, no mínimo, por falso testemunho... É a crônica de uma arbitrariedade previamente anunciada e deveras recorrente no âmbito de CPIs do nosso Parlamento, nos últimos e maus tempos em que vivemos...

Destaque-se, a propósito, que a autoridade aqui apontada como coatora já requereu a convocação do Paciente, na condição de testemunha, consoante se infere da documentação que instrui o presente



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

writ, certo que, oficiosamente, se divulga que o ato terá lugar no dia 11 de novembro próximo futuro.

E, nada obstante se pretenda sugerir que sua inquirição será como testemunha, referida Comissão Parlamentar de Inquérito já determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do Paciente – tudo por iniciativa também da autoridade aqui apontada como coatora – de modo que não resta a menor dúvida de que, malgrado tenha sido rotulado como testemunha, certo é que sua real condição é a de investigado... Quebra de sigilo de dados pessoais de quem apenas testemunha é? Ora...

2. DO ANUNCIADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Acha-se o Paciente na óbvia iminência de sofrer efetivo constrangimento ilegal, consubstanciado na sua prisão em flagrante a pretexto da comissão de inocorrentes delitos, tais como desacato, falso testemunho e quejandos, durante a realização da sessão instrutória da referida Comissão Parlamentar de Inquérito. Ali



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

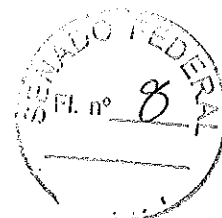
estará para ser inquirido como **investigado**, e nunca como testemunha, como acima ficou demonstrado. Desse modo e por tudo quanto já foi divulgado por alguns de seus membros, não se divisa no ânimo de parte de alguns dos integrantes daquela Comissão Parlamentar de Inquérito qualquer intenção de observar e respeitar o constitucional "*privilege against self incrimination*", sobretudo em razão da declarada animosidade que existe entre o nominado Parlamentar que a preside e o Paciente.

A matéria aqui versada configura arquetípica coação ilegal, a teor do que dispõe o artigo 648, inciso I, do Código de Processo Penal:

Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:

I – quando não houver justa causa;

Passemos a demonstrar a ilegalidade.



**3. DOS FUNDAMENTOS DA
IMPETRAÇÃO.**

A) DA INOCULTÁVEL
CONDIÇÃO DE INVESTIGADO
DO PACIENTE.

É fato inequívoco que o Paciente não é – nem nunca foi – testemunha dos fatos que constituem o delimitado objeto da investigação pela Comissão Parlamentar de Inquérito. A ela está claramente sendo chamado como suspeito, segundo massivamente publicado na mídia e proclamado por alguns parlamentares envolvidos no tema, tanto assim que viu aprovada a quebra do seu sigilo fiscal e bancário, como já afirmado.

Para além disso, o Senador ROMÁRIO (PSB-RJ), autor da proposta de abertura de referida CPI e seu presidente, sempre fez questão de informar à imprensa que:

“Acredito que o Marco Polo Del Nero (atual presidente da CBF) esteja envolvido nesta mesma



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

investigação. Ele, Marin e Ricardo Teixeira (ex-presidente da CBF) fazem parte da mesma quadrilha."

(cf. UOL, 29/05/2015)

Repórter: *A CBF está querendo trazer alguns jogadores, justamente, para isso, se reunir, discutir isso e tentar melhorar o futebol brasileiro. Se você for um desses convidados, na reunião dos campeões do mundo, você vai estar presente?*

Romário: *Não, eu não vou ser convidado. A CBF eu vou prender o presidente da CBF, esse é o meu objetivo.*

(cf. mídia inclusa)

"A solução é a prisão do Del Nero, ele é corrupto e tem de pagar por isso".



...

A solução é sua prisão. Ele é corrupto, ladrão, ele não faz bem para a seleção, ele deve, tem de pagar por isso. Comete coisas ilícitas dentro da CBF e é por isso que ele não sai do País. A CPI vai ser aberta a partir do dia 4 de agosto e com certeza Del Nero, Ricardo Teixeira e José Maria Marin serão os três alvos principais desse processo.

(O Estado de S. Paulo, matéria inclusa)

Em entrevista concedida à Revista Istoé, edição nº 2016, de outubro/novembro de 2015, sentenciou, sem rebuscos, que:

O que você espera da CPI do futebol?



Espero encontrar uma solução para moralizar o futebol. A primeira coisa que pode acontecer para isso é a prisão do presidente da CBF (Marco Polo Del Nero). O que eu entendo, todos da CPI entendemos, é que é muito difícil ele continuar por mais três, quatro anos, até finalizar o mandato. A prisão ou a saída dele da CBF já seria motivo de comemoração. Seria motivo para soltar fogos. Até falei para os meus amigos que, no dia em que ele for preso, vão me ver soltando fogos. Talvez até dê uma festa por isso, para ter noção de como ficarei feliz.

E a certeza da violência *in fieri* que aqui se denuncia, emerge límpida do quanto declarou o parlamentar, aqui autoridade coatora, na 10ª Reunião da chamada CPI do Futebol:



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Agora, em relação às denúncias que acontecem nos jornais, por exemplo, o senhor não pode dizer que não seja verdade que o Marco Polo Del Nero é ladrão, é safado, é desonesto, é corrupto...

...

Então, esse senhor – com todo o respeito que tenho por V. Exa., pelo seu histórico – para mim não presta; esse senhor para mim é imoral; esse senhor para mim é um dos cânceres que nós temos no futebol. E câncer, assim como na doença, tem que ser extirpado. E eu serei aqui um Presidente desta CPI que farei tudo para que realmente isso aconteça, porque ele é, realmente, hoje, o grande mal do nosso futebol.

...

Eu não estou dando opinião. Eu estou afirmando que ele é ladrão. Estou afirmando que ele não presta, estou afirmando que ele



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

tem que ser preso, e será preso.

Assim seja. É a vontade de todos.

(cf. notas taquigráficas em anexo)

Dúvida não pode haver, pois, de que o Paciente é e será (des)tratado na CPI em causa como investigado e não como testemunha, a despeito do incongruente hibridismo processual (“testemunha-investigado”) que mal intencionados engendraram para obrigar (sob ameaça de flagrante de falso testemunho) o sindicado nas CPIs a depor sobre aquilo que na verdade ele desejaria, em sua constitucional defesa, guardar silêncio...

É que nessa qualidade todos os seus direitos e garantias constitucionais, infraconstitucionais e também os consagrados em Tratados/Convenções internacionais de que somos signatários devem ser respeitados. Podem eles ser assim elencados:

- a) direito de se calar¹;
- b) garantia de não ser forçado à autoincriminação²;

¹ Artigo 5º, LXIII, Constituição da República



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

- c) ser assistido por e comunicar-se com seu(s) advogado(s)³;
- d) não ser obrigado a assinar Termo de Compromisso de dizer a verdade como testemunha (embora não o seja) que lhe for eventualmente apresentado⁴;
- e) não ser preso ou ameaçado de prisão em flagrante delito ao invocar o direito constitucional ao silêncio tendo em vista respostas que, a seu critério ou a critério de seu(s) advogado(s), possam incriminá-lo.

Prova incontestável do justificado receio de coação ilegal ao Paciente é a documentação que vai acostada, consubstanciada de cópia de “ação indenizatória de danos morais” e de ação penal privada **aforadas pelo Paciente contra o Senador ROMÁRIO**. Tais e concretíssimos adminículos bem colocam à calva a animosidade – mais que isso a odienta inimizade – que o parlamentar nutre por ele, rancor este que seguramente orientará a trilha e ditará a forma dos trabalhos e atos processuais naquela Comissão. A inexorável conclusão de que

² Artigo 8º, 2, alínea “g”, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)

³ Artigo 5º, LXIII, Constituição da República; Artigo 7º, Lei nº 8.906/94

⁴ Artigo 5º, II, Constituição da República



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

haverá arbítrio se extrai do afirmado pelo Senador Romário que, sem cerimônia, afirmou, *coram populo*, que *é preciso prender Del Nero (sic)*.

B) DAS NORMAS DE
INCIDÊNCIA E DOS
PRECEDENTES DA SUPREMA
CORTE.

Sobre o direito de
permanecer em silêncio, dispõe o artigo 5º, LXIII, da Magna
Carta:

*"O preso será informado de seus
direitos, entre os quais o de
permanecer calado, sendo-lhe
assegurada a assistência da
família e de advogado".*



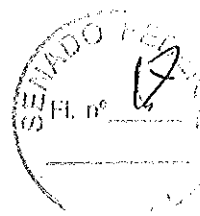
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Por sua vez, o Código de Processo Penal, no seu artigo 186, *caput*, com redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, é categórico:

“Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.”.

A garantia de não se autocriminar está prevista no artigo 8º, 2, alínea “g”, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), entre nós cogente, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992:

“2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

*inocência enquanto não se
comprove legalmente sua culpa.
Durante o processo, toda pessoa
tem direito, em plena igualdade,
às seguintes garantias mínimas:
...(omissis)...*

*g) direito de não ser obrigado a
depor contra si mesma, nem a
declarar-se culpada;”.*

O Código de Processo Civil,
em diapasão com o art. 3º de seu congênere penal (que
retrata as regras de suplementação e analogia), *mutatis
mutandis* e inspirado no mesmo preceito, dispõe no inc. I de
seu art. 406:

*“A testemunha não é obrigada a
depor de fatos:*

*I - que lhe acarretem grave dano,
bem como ao seu cônjuge e aos
seus parentes, consanguíneos ou
afins, em linha direta, ou na
colateral em segundo grau”.*



E agora, com muito maior clareza, dispõe o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), no *caput* do artigo 379: "Preservado o direito de não produzir prova contra si própria, incumbe à parte....".

A jurisprudência em sentido que tal é opulenta, copiosa e torrencial, segundo se verifica nos seguintes precedentes dessa Suprema Corte: MC no HC nº 86.232, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ 01/08/2005; MC no HC nº 86.319, Rel. Min. NELSON JOBIM, DJ 01/08/2005; MC no HC nº 79.812, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ 16/02/2001; MC no HC nº 79.244, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, RTJ 172/929-930; MC no HC nº 83.775, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJ 09/12/2003; MC no HC nº 85.836, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 06/05/2005.

Mais ainda:

O privilégio contra a autoincriminação- que é plenamente invocável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito- traduz direito público



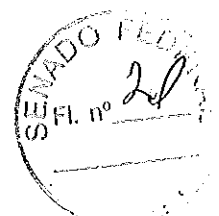
JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

- **subjetivo assegurado a qualquer pessoa, que, na condição de testemunha, de indiciado ou de réu, deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.**

(STF, HC 79.812, Relator o eminente Ministro Celso de Mello, j. 8-11-2000, Plenário, DJ de 16-2-2001)

No mesmo sentido: HC nº 73.035, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ 19/12/1996; HC nº 79.244, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, in RTJ 172/929-930, HC-MC nº 78.814, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ 09/02/1999; HC nº 83.648, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ 28/10/2003; HC-MCs nº 84.089 e nº 85.502, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJ 25/03/2004 e 23/02/2005.

Sob outro prisma, a necessária observância e respeito às sagradas prerrogativas profissionais do advogado nas CPIs, colhe-se esta impecável doutrina do Ministro GILMAR MENDES:



As CPIs não podem impedir as testemunhas e indiciados de se apresentarem ao lado de advogados para os depoimentos requeridos. O STF assegurou que os advogados podem ter participação ativa na sessão, mantendo contato pessoal e direto com os clientes, se entenderem que a questão formulada é autoincriminadora. Cabe-lhes reclamar contra comportamento arbitrário da Comissão, de forma verbal ou escrita. É permitido ao advogado intervir se, por exemplo, no curso do depoimento do cliente, vem a ser exibida prova ilícita (como uma gravação de comunicação telefônica interceptada sem ordem judicial).

(in Curso de Direito Constitucional, 9ª ed. São Paulo, Saraiva, 2014, pág. 1083)



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nesse preciso sentido o seguinte julgado dessa Excelsa Corte de Justiça:

A Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outro órgão do Estado, não pode, sob pena de grave transgressão à Constituição e as leis da República, impedir, dificultar ou frustrar o exercício, pelo Advogado, das prerrogativas de ordem profissional que lhe foram outorgadas pela Lei nº 8.906/94.

(MS 23.576/DF, Informativo nº 176/STF - despacho publicado no DJ de 3-2-2000- Relator Ministro CELSO DE MELLO)

E no que concerne aos direitos do acusado, do investigado e da testemunha, inquiridos em procedimento de natureza penal e em Comissões Parlamentares de Inquérito (que neste writ constituem o objeto da concreta tutela jurisdicional buscada),



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

citam-se os seguintes precedentes desse Supremo Tribunal Federal: HC nº 71.421-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, RDA 196/197; HC nº 79.244-DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJ de 24/3/2000; HC nº 80.909-DF, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, DJ de 16/08/2001; MC no HC nº 81.400-DF, Rel. Min. NERI DA SILVEIRA, DJ de 19/10/2001 e MC no HC nº 127.538-DF, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJ de 09/04/2015, dentre outros.

O entendimento aqui esposado e que sustenta a pretensão veiculada neste *mandamus* se acha deveras pacificado no seio desse Pretório Excelso, consoante se infere da publicação “*O Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito*” (Secretaria de Documentação, Coordenadoria de Divulgação e Jurisprudência, Brasília, 2006), coletânea rica de precedentes sobre o tema.

4. DA MEDIDA LIMINAR.

Não obstante nas aparências se queira tratar o Paciente como “testemunha”, é inegável, manifesta e inequívoca sua condição de investigado e, diga-se,



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

ostensivamente ameaçado de sofrer ilegalidades. E, se nessa condição ele se encontra, mais que plausível, é efetivo, justificável e concreto seu receio de ser submetido a inaceitável constrangimento ilegal, qual seja: ser autuado em situação de falso flagrante à mingua de justa causa e por fato não-delituoso; ver-se obrigado a assinar, indevidamente, Termo de Compromisso de Testemunha; ter desrespeitado seu direito constitucional de se calar; assistir à violação de seu direito de estar acompanhado por seu advogado e com ele se comunicar durante o ato da inquirição.

Ponha-se em destaque, aliás, que mesmo que somente testemunha fosse e ainda assim persiste o justo receio de coação ilícita, eis que não pode ser o Paciente compelido, sob ameaça de prisão, a depor sobre fatos cuja abordagem testemunhal a lei o desobriga.

Não é desconhecido de ninguém o fato de que a exploração desvirtuada e escandalosa das CPIs muitas vezes as convertem em deplorável espetáculo de arbítrio e ribalta de deploráveis vaidades, com bate-bocas intermináveis, ofensas, insultos, achincalhes e tentativa de

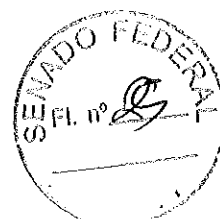


desmoralização do indefeso investigado, ao invocar seu direito constitucional ao silêncio⁵.

Diante do exposto, concorrentes, à saciedade, os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* (sua inquirição, ao que se informa, se acha designada para o próximo dia 11 de novembro), cujo caráter de excepcionalidade está previsto no artigo 21, IV e V, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal — e, à vista de risco de dano grave e irreparável à liberdade de locomoção e outros direitos constitucionais do paciente que refletem no seu *status libertatis et dignitatis*, requer-se a concessão de medida liminar, *inaudita altera pars*, com expedição de salvo-conduto, para assegurar ao paciente, quando do seu depoimento na “CPI do Futebol”, no Senado Federal:

a) o direito de ser assistido e comunicar-se com o(s) seu(s) advogado(s);

⁵ “O senador Pedro Taques pediu a palavra e repreendeu a postura de Costa, defendendo o direito de Demóstenes ficar calado. ‘A Constituição diz que devemos tratar a todos com urbanidade. Não cabe a qualquer parlamentar expor o outro, mesmo em se tratando de CPI’, afirmou”. (Gazetaonline, 31/05/2012)



- b) não ser obrigado a assinar Termo de Compromisso de dizer a verdade; e
- c) não ser preso ou ameaçado de prisão ao invocar o direito constitucional ao silêncio, tendo em vista respostas que, a seu critério ou a critério de seu(s) advogado(s), possam incriminá-lo.

Sublinhe-se, ainda, que nada obstante não haja, ainda, a publicação oficial da data da inquirição do Paciente, é ela notória e iminente, como faz certo a documentação que instrui o presente *writ*. Ademais, qualquer que seja a circunstância, não haverá qualquer prejuízo em se deferir a provisão jurisdicional de urgência aqui pleiteada, pois que busca apenas a concreta tutela de direitos constitucionalmente assegurados; antes, estar-se-á a privilegiar a integridade da ordem constitucional, a celeridade e a economia processuais.

A Ministra CARMEN LÚCIA, em situação símile, decidiu precisamente no sentido do quanto acima se argumentou, *verbis*:

Os Impetrantes apresentaram, de um lado, cópia do 'resultado da



reunião ordinária' na qual foi autorizada a convocação do Paciente (...). Entretanto, não juntaram cópia de notificação – se é que esta já existe – para o comparecimento do Paciente, nem outro documento que demonstre a data em que ele seria inquirido. Entretanto, há de se concluir, neste exame preambular, pela obtenção de salvo conduto para que o Paciente possa comparecer – como lhe é devido – perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, se for o caso e quando notificado, com o resguardo das garantias constitucionais que lhe são inerentes.

(cf. STF – HC 96.145-MC)

Ao cabo, após prestadas as informações do estilo pela Autoridade indicada como coatora e advindo o parecer do *Parquet* Federal, requer-se seja



JOSÉ ROBERTO BATOCHIO ADVOGADOS ASSOCIADOS

concedida, em definitivo, a ordem impetrada, com a ratificação da medida liminar deferida *initio litis*, pelo Pleno dessa Suprema Corte.

É o que, respeitosamente,
fica postulado.

Nestes termos,

P.P.Deferimento.

SP/Brasília, julho de 2015.

José Roberto Batochio, advogado.

OAB/SP nº 20.685

Guilherme Octávio Batochio, advogado.

OAB/SP nº 123.000

Carlos Eugênio Lopes, advogado.

OAB/RJ nº 14.325

José Mauro Couto de Assis, advogado.

OAB/RJ nº 27.548



MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 131.208 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : MARCO POLO DEL NERO
IMPTE.(S) : JOSÉ ROBERTO BATOCHIO
IMPTE.(S) : GUILHERME OCTAVIO BATOCHIO
IMPTE.(S) : CARLOS EUGENIO LOPES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPI DO
FUTEBOL

DESPACHO: Trata-se de *habeas corpus* preventivo, com pedido de medida liminar, impetrado em favor de **Marco Polo Del Nero**.

Aponta-se como autoridade coatora o Senador Romário de Souza Faria, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito denominada "CPI do Futebol", em razão de provável convocação para prestar esclarecimentos com fins de investigação parlamentar.

Segundo a inicial, o paciente, *in verbis*:

"(...) se acha na iminência de receber a convocação para prestar "depoimento/interrogatório" perante aquela comissão da Câmara Alta, (...).

Destaque-se, a propósito, que a autoridade aqui apontada como coatora já requereu a convocação do Paciente, na condição de testemunha, consoante se infere da documentação que instrui o presente *writ*, certo que, oficiosamente, se divulga que o ato terá lugar no dia 11 de novembro próximo futuro.

E, nada obstante se pretenda sugerir que sua inquirição será como testemunha, referida Comissão Parlamentar de inquérito já determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do Paciente – tudo por iniciativa também da autoridade aqui apontada como coatora – de modo que não resta a menor dúvida de que, malgrado tenha sido rotulado como testemunha, certo é que sua real condição é a de investigado.... (...)."



HC 131208 MC / DF

Levando em conta não haver, dentre os documentos que instruem o presente feito, qualquer elemento que traga a certeza da convocação, tampouco da realização da indigitada solenidade na data referida pelos impetrantes, inviável a análise, neste momento, do pleito de urgência.

Nesses termos, **requisitem-se informações à autoridade coatora, que deve prestá-las no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.**

Após, voltem para o exame da liminar.

Publique-se.

Brasília, 4 de novembro de 2015

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES, M. D. RELATOR
DA ORDEM DE *HABEAS CORPUS* Nº 131.208/DF, DO EXCELSO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.

Os advogados JOSÉ ROBERTO BATOCHIO e GUILHERME OCTÁVIO BATOCHIO, impetrantes nos autos da ordem de *habeas corpus* em epígrafe, de que é paciente MARCO POLO DEL NERO, feito cujos trâmites se dão por essa Excelsa Corte de Justiça, vêm, com o respeito devido, a Vossa Excelência, para aditar a inicial para que dela fique constando que a data correta da impetração é 30 de outubro de 2015, e não “julho de 2015” como, por um lapso, ficou consignado.

Desse modo, às fls. 3 e 27 da exordial, onde se lê “SP/Brasília, julho de 2015”, leia-se “SP/Brasília, 30 de outubro, 2015”.

Nestes termos, requerem digne-se Vossa Excelência receber o presente aditamento, exclusivamente para tais fins, e,

P.P.Deferimento.

SP/Brasília, 3 de novembro, 2015.



2.

José Roberto Batochio, advogado.

OAB/SP 20.685

Guilherme Octávio Batochio, advogado.

OAB/SP 123.000

